

**ACTA**

Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Disse ter estado presente num encontro com o Director do Instituto Internacional de Tecnologia de Software da Universidade das Nações Unidas, sedado em Macau, Sr. Zhiming Liu, e o Director do Departamento de Informática da Universidade do Minho, Prof. Luís Barbosa, onde foi discutido, essencialmente, um alegado interesse em instalar em Portugal um instituto gémeo daquele instituto macaense, por força da política específica da Universidade das Nações Unidas de replicação dos seus actuais institutos, fomentando a criação de institutos gémeos por cada um dos 16 actualmente existentes no Mundo, e ainda por força do incentivo específico do Governo de Macau no sentido de incrementar relacionamentos a todos os níveis com Portugal. Acrescentou, ainda, que além destas condições genéricas, aplicáveis a qualquer cidade portuguesa, a circunstância de haver uma relação científica e académica forte

entre o IITS-UNU e o Departamento de Informática da Universidade do Minho potencia a possibilidade de instalação em Guimarães desse instituto gémeo. Assim, justificou a sua presença no dito encontro, tendo aproveitado a circunstância para apresentar os argumentos com base nos quais poderia/deveria ser escolhida a cidade de Guimarães, argumentos que foram aceites pelas partes que manifestaram um interesse sustentado e concreto em iniciar diligências com vista à instalação de um Instituto da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, na dependência daquele instituto de Macau. A este propósito, referiu uma reunião já realizada com o Presidente da Câmara, na passada Segunda-feira, tendo-lhe transmitido as circunstâncias que agora relata, formalmente, perante o executivo municipal. Terminou, solicitando o empenhamento da Câmara Municipal para, uma vez desbravado o caminho e tendo sido obtida a aceitação preliminar das partes envolvidas, e interessadas, diligenciar junto da Universidade do Minho pela instalação deste Instituto das Nações Unidas em Guimarães. **2 – Vereador António Salgado Almeida** – Alertou o executivo para o facto de, após seis anos de funcionamento do Cemitério de Monchique, não estarem ainda a ser cumpridas algumas das ideias contempladas no projecto, lamentando que não tenha sido aprovado o Regulamento que discipline a decoração dos túmulos existentes naquele espaço. Justificou a necessidade de alterar alguns comportamentos verificados neste Cemitério como uma forma de zelar pelo conceito que foi distinguido com um Prémio de Arquitectura Paisagística. Apontou, também, a falta de um crematório como uma das lacunas daquele espaço. **3 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre o Cemitério de Monchique disse que a situação tem alguma delicadeza, visto que passa por combater aquela que é uma



postura ancestral das pessoas. Acrescentou que o crematório é um investimento com alguma dificuldade de concretização, atendendo a não haver muitas solicitações; **b)** – Sobre o Pólo de Software da Universidade das Nações Unidas disse que a Câmara Municipal tem um excelente relacionamento com a Universidade do Minho, acrescentando que deve se dado um sinal claro e objectivo daquilo que se pretende, pelo que disse ficar a aguardar informação por parte da Universidade para saber até que ponto a Câmara Municipal pode apoiar este investimento. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Da realização, no dia de ontem, de uma sessão informativa sobre “Sistemas de Incentivos ao Sector do Turismo”. **2** – Da seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “**Extensão do Largo Cónego José Maria Gomes** – Vimos, por este meio, informar que a obra em epígrafe terá início a 20 de Outubro de 2010, quarta-feira, e terá um prazo de execução de 60 dias. A referida obra tem como objectivo estender o Largo Cónego José Maria Gomes para a zona ocupada pela antiga carpintaria da Câmara Municipal. Inicialmente, serão feitas as demolições referentes ao edifício antigo, nomeadamente do muro confrontante com o actual Largo. A circulação pedonal para o Balcão Único de Atendimento (BUA) não será afectada, dado que as demolições principais irão ocorrer no próximo Sábado (23 de Outubro de 2010). O estaleiro de obra será delimitado por vedação colocada, sensivelmente, no alinhamento do edifício particular contíguo à obra. As descargas de matérias serão agendadas de forma a perturbar o menos possível a circulação na zona de acesso ao BUA e os materiais serão colocados no estaleiro de obra”; **3** – Informou sobre a alteração dos horários das grandes superfícies comerciais introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111/2010,

de 15 de Outubro, dizendo que 3 estabelecimentos comunicaram já à Câmara Municipal a alteração dos respectivos horários de abertura, sendo que compete à Autarquia, no prazo de 180 dias, decidir sobre os horários, proceder à revisão do Regulamento Municipal em conformidade com o disposto nesse Decreto-Lei, podendo, todavia, a autarquia, nos termos previstos na lei, restringir o horário de funcionamento em casos devidamente justificados; **4** – Informou que o Plano de Actividades e Orçamento para 2011 vai ser submetido a discussão e deliberação da Órgão Executivo em reunião extraordinária, prevista para o próximo dia 25 de Novembro. Antes, no dia 15 desse mês, terá lugar um encontro com os Presidentes das Juntas de Freguesia. Os representantes dos Partidos Políticos com representação na Assembleia Municipal de Guimarães será auscultados nos próximos dias 15 e 16 de Novembro, estando a discussão do Plano de Actividades e Orçamento para 2011 agendada para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a realizar no próximo dia 10 de Dezembro. **5** – Anunciou algumas medidas de redução da despesa determinadas pela crise económica, designadamente, a diminuição, em 50%, do que estava previsto para as iluminações de Natal (decorações da Cidade e de outras localidades do concelho), o cancelamento do jantar de Natal dos trabalhadores e colaboradores da Autarquia, a diminuição do número de passeios destinados aos idosos; **6** – De uma informação de um grupo de investidores privados dando conhecimento das diligências realizadas tendo em vista a construção de um parque de estacionamento automóvel no interior do quarteirão das Ruas Gil Vicente e Paio Galvão. **7** – Fez o ponto de situação relativamente às obras da Capital Europeia da Cultura referindo que o novo recinto da Feira Semanal estará concluído a 10 de Dezembro de



2010, prevendo-se que o novo acesso à Feira Semanal e ao Mercado Municipal fique definitivamente concluído no final desta semana. A propósito, disse que o processo de transferência dos feirantes tem decorrido com normalidade. Informou que as obras de Requalificação do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António terão início no próximo dia 25 de Outubro, estimando-se que fiquem concluídas pelo Natal de 2011. Quanto ao Centro de Formação Avançado Pós-Graduada/Domus Civil, a instalar na antiga Fábrica da Ramada, no âmbito do projecto CAMPURBIS, disse estimar-se a sua conclusão para 10 de Julho de 2011. No que diz respeito ao Instituto de Design, informou que a sua conclusão está prevista para 13 de Setembro de 2011. Quanto aos Espaços Públicos CAMPURBIS disse que o processo está em fase de procedimento concursal, prevendo-se a sua conclusão para Dezembro de 2011. Por último, disse que o processo da Plataforma das Artes está em fase de análise de propostas com data previsível de conclusão para Março de 2012. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: “Em reunião de Câmara de 3 de Dezembro de 2009 foi dado conhecimento da transferência de verbas a entidades que disponibilizam o pessoal para o desenvolvimento das actividades de animação e apoio à família (almoço e prolongamento de horário) nos Jardins-de-infância da rede pública, a vigorar no ano civil de 2010, sendo necessário, a partir de Setembro e até Dezembro de 2010 proceder às seguintes alterações: alteração do valor da verba atribuída ao Agrupamento de Escolas Santos Simões de €1.473,97 para €2.564,06 uma vez que, no corrente ano lectivo, com o funcionamento de um 2.º lugar de Jardim-de-

infância na EB1/JI de Outeiro/Serzedo, aumentou o número de crianças a beneficiar da componente de apoio à família; alteração do valor da verba atribuída à Cooperativa Fraterna de €1.473,97 para €2.756,00 uma vez que, no corrente ano lectivo, com o funcionamento de um 2.º lugar de Jardim-de-infância na EB1/JI Santa Luzia/Azurém se verificou um aumento do número de crianças a beneficiar da componente de apoio à família; alteração do valor da verba atribuída à Associação de Pais de Barreiro/Selho S. Jorge de €1.160,07 para €2.724,01 devido ao funcionamento, no corrente ano lectivo, de mais uma sala de Jardim-de-infância no Centro Escolar de Pevidém, o que aumentou o número de crianças a usufruir das actividades de apoio à família. Assim, propõe-se que o assunto seja submetido a reunião de Câmara para conhecimento das alterações propostas, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; **2** – Do ofício n.º 148 da Assembleia Municipal, datado de 4 de Outubro de 2010, dando conhecimento que a Assembleia Municipal de Guimarães elegeu, para integrar a Comissão de Selecção prevista no Regulamento de Apoio à Actividade Editorial, o membro da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Tempos Livres, Dr. Luís Miguel da Silva Mendonça Alves; **3** - Do ofício n.º 149 da Assembleia Municipal, datado de 4 de Outubro de 2010, dando conhecimento que a Assembleia Municipal de Guimarães elegeu, para integrar a Comissão de Selecção prevista no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Investigação, o membro da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Tempos Livres, Dr. Luís Miguel da Silva Mendonça Alves; **4** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 141 a 147, datados de 4



de Outubro de 2010, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 1 de Outubro, das seguintes propostas: **a)** – “Aquisição do Imóvel situado no Largo do Cidade – Freguesia de S. Sebastião – Projecto Campurbis”; **b)** – “Aquisição do Imóvel situado na Avenida Conde Margaride – Freguesia de S. Paio – Plataforma das Artes”; **c)** – “Indemnização autónoma ao inquilino do imóvel situado na Avenida Conde Margaride – Freguesia de S. Paio – Plataforma das Artes”; **d)** – “Teatro Jordão – Aquisição”; **e)** – “Adesão à Associação Portuguesa de História do Vinho e da Vinha”; **f)** – “Regulamento de Atribuição de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães – Rectificação do Regulamento”; **g)** – “Alteração de Trânsito na Freguesia de Ponte”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2010. DELIBERADO**

**APROVAR POR MAIORIA**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador André Coelho Lima, por não ter participado na reunião.

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA DO TOURAL, ALAMEDA DE S. DÂMASO E RUA DE SANTO ANTÓNIO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

– Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 7 de Outubro de 2010 a “Alberto Couto Alves, SA”, pelo valor de €6.461.945,73 (seis milhões quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e quarenta e cinco euros e setenta e três cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE ERROS E OMISSÕES** – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de erros e omissões da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de 10 de Setembro de 2009 a "Casais – Engenharia e Construções, SA", pelo valor de €4.541.370,67 (quatro milhões quinhentos e quarenta e um mil trezentos e setenta euros e sessenta e sete cêntimos) + IVA. A minuta do contrato de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA EB 2,3 DE MOREIRA DE CÓNEGOS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Vem a Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos solicitar a esta Autarquia a construção de um parque de estacionamento junto da EB 2,3 de Moreira de Cónegos, sede do Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, em virtude de este estabelecimento de ensino não dispor de estacionamento suficiente para o pessoal docente, não docente e encarregados de educação, o que vem obrigando a estacionamentos indevidos ou em locais demasiado afastados. Considerando a importância de que se reveste esta intervenção para o normal funcionamento desta escola sede de agrupamento, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delegue na Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos a execução de um parque de estacionamento junto da EB 2,3 de Moreira de Cónegos, pelo valor de €67.252,76 (sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e dois euros e setenta e seis cêntimos), de acordo com a medição efectuada pelos serviços da Autarquia. A referida verba será paga mediante autos de medição





de obra, a realizar pelos serviços da Autarquia, até ao montante mencionado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. –**

**RECURSO HIERÁRQUICO – VITÓRIA SPORT CLUBE –**

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Gestão Urbanística: "Em face do recurso hierárquico apresentado pelo Vitória Sport Clube, na qual solicita a revogação da decisão tomada pelo Presidente da Câmara, datada de 16 de Julho de 2010 e, avocando as competências nele delegadas, substituir-se a mesma por outra que defira o pedido de licenciamento constante do processo de obras n.º 715/09, tudo conforme documento que se junta em anexo como doc. n.º 1, foi solicitada a emissão de parecer jurídico ao Sr. Dr. João Gomes Alves. Este parecer, que igualmente se anexa como doc. n.º 2, conclui que o acto recorrido não enferma de qualquer ilegalidade, pelo que, na sua opinião, deverá o mesmo ser mantido. À consideração do Sr. Presidente". Os documentos referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, NÃO DAR PROVIMENTO AO RECURSO APRESENTADO PELO VITÓRIA SPORT CLUBE.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Analisado o processo administrativo nº 715/09, e verificada toda a documentação do mesmo constante, designadamente as informações e pareceres técnicos, parece, quanto a nós, claro, que existe uma ambiguidade na posição técnica veiculada pela entidade pública, o que deverá ser merecedor de censura. Essencialmente porquanto as sucessivas posições técnicas, não constam apenas dos autos mas foram, outrossim, notificadas à

associação requerente, pelo que são compreensivelmente geradoras de expectativas no mesmo requerente, o que aliás serve de motivação ao presente recurso. Quando a Câmara Municipal, enquanto entidade pública responsável pelo licenciamento que é solicitado por um munícipe, *in casu*, uma associação, notifica o munícipe de uma determinada posição, está a transmitir uma posição que se tem que ter como credível. Pelo que, se a Câmara Municipal, por força do ofício DOP nº 12052, notifica formalmente a associação requerente de um indeferimento com base em dois argumentos (resumidamente, arborização e solução para estacionamento de veículos de exterior das televisões), convidando o requerente a, respondendo no prazo de 20 dias, suprir os defeitos apontados (sendo que uma vez supridas as deficiências apontadas tal circunstância conduzirá naturalmente ao deferimento do pedido de licenciamento), não é nem pode ser tido como normal que após resposta com vista ao suprimento das mesmas, por parte da associação requerente, o Município responda levantando novas questões e fazendo novas exigências. Repare-se: das duas deficiências detectadas, e que foram notificadas à associação requerente, a mesma responde de forma bastante a uma delas – à questão do estacionamento de veículos de exterior das televisões, demonstrando já existir essa zona – e apresenta uma contra-proposta quanto à outra dessas questões, a arborização; pelo que, o curso normal do procedimento administrativo levaria a fossem deferidas ou indeferidas, apenas estas questões, levantadas inicialmente pelo primeiro parecer técnico. Aliás, por informação de 08.02.2010, subsequente à pronúncia da associação requerente, é mesmo referido que “*em parte foi dado cumprimento ao solicitado, nomeadamente em relação à questão relacionada com o estacionamento dos carros de*



*exteriores das televisões”, no que se acompanha o que acima dizemos quanto à resposta cabal a uma das questões, dizendo-se em seguida que “em relação à questão do derrube de árvores e face aos argumentos invocados na exposição apresentada para a manutenção das mesmas, julga-se que dada a natureza da pretensão deverá ficar à consideração superior a decisão final sobre a mesma.”.* Isto é, das duas deficiências apontadas, permaneceria, eventualmente, uma, relacionada apenas com arborização, ficando a sua análise remetida superiormente. No entanto, quando a decisão é novamente notificada à associação requerente, apenas em 28.04.2010 (sabendo-se que se tratava de uma resposta aos esclarecimentos prestados pelo requerente em 22.01.2010), já o Município refere, expressa e surpreendentemente, que procedeu a uma *“reanálise do processo em causa”* e que em função dessa reavaliação levanta, agora, novas questões. Isto é, mais de 3 meses após a resposta da associação requerente, responde o Município, não quanto à contra-proposta apresentada relativamente à arborização, mas levantando questões novas, de que não havia a associação requerente sido antes notificada. Este comportamento parece-nos dever ser merecedor de censura na justa medida em que a ambiguidade da informação pública, remetida formalmente à associação requerente, é algo que não deve existir e para mais, é algo que lança fundadas dúvidas acerca das motivações do indeferimento. Pelas razões expostas, os vereadores do PSD votam favoravelmente ao presente recurso hierárquico apresentado pela associação requerente. -----

**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – EXPOSIÇÃO APRESENTADA POR MARIA HELENA DE PAIVA RIBEIRO REFERENTE À ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM CURSO –**

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Através de exposição remetida em 27 Setembro '10, foi apresentada (Sra. D. Maria Helena de Paiva Ribeiro) uma participação escrita respeitante ao processo de alteração ao Plano Director Municipal (aviso 16127/2010, Diário da República, 2ª série, 12 Agosto '10). Da análise da exposição apresentada, verifica-se que: **Quanto ao procedimento de alteração do Plano Director Municipal (PDM):** Nos serviços do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico encontra-se em curso um procedimento administrativo com vista à alteração do PDM em vigor, modificações que consistem na alteração ao Regulamento do PDM e em alterações à Carta de Ordenamento, nomeadamente nas Freguesias de Selho S. Jorge, de Gondomar e de Airão s. João. A exposição apresentada pela Sr.ª D. Maria Helena de Paiva Ribeiro diz respeito à alteração à Planta de Ordenamento da Freguesia de Selho S. Jorge (Carta 84-4). A alteração proposta nesta Planta consiste da redelimitação da "zona de construção dominante", aumentando-lhe a profundidade, com vista a permitir que na faixa de solo urbano considerada mais adequada, dada a configuração topográfica do local, a densidade do tecido industrial e residencial e os objectivos de acessibilidades, se instale uma actividade comercial, que a autarquia considera potenciadora da dinâmica de desenvolvimento e da atracção de base empresarial. Na prática, num aglomerado que morfologicamente se pode classificar como de desenvolvimento linear, e numa zona com condições particularmente favoráveis, mas cuja profundidade de solo é reduzida, a autarquia propõe a redefinição do limite posterior da área urbana, com reclassificação de solo de cerca de 3000m<sup>2</sup>, sem aumento da frente urbana, mas potenciando uma situação que de



outra forma não se poderia instalar no aglomerado em causa. Refira-se que estas alterações foram já objecto de parecer favorável por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN). **Relativamente ao Acordo celebrado com o proprietário dos terrenos:** Em 1998 foi celebrado um Acordo com os proprietários de diversos terrenos situados nas freguesias de Selho S. Jorge e Selho S. Cristóvão tendo em vista ocupar parte de alguns desses terrenos, numa área total de cerca de 130.836 m<sup>2</sup>, com um parque de lazer (120.630m<sup>2</sup>) e uma via estruturante (10.206m<sup>2</sup>) que ligaria aquelas duas freguesias. Entretanto, cumprindo as condições estipuladas naquele acordo, os proprietários promoveram diversos processos de loteamento onde cederam ao Município as parcelas destinadas àqueles espaços públicos e venderam as restantes. Deste Acordo resultou uma transformação do terreno que, pela sua abrangência, tem levado vários anos a concretizar. Os novos proprietários dos terrenos, que os adquiriram posteriormente, podem propor novas funcionalidades, desde que cumpram as condições previstas naquele Acordo, nomeadamente quanto à capacidade construtiva, porque as cedências foram calculadas, à data, em função da capacidade construtiva autorizada. Se os novos proprietários pretenderem alterar esse factor (capacidade construtiva autorizada), então terão que ser analisados os respectivos pedidos e calculadas as taxas e as compensações em função do que agora se pretende. **Quanto à falta de registo dos terrenos objecto de cedência à Câmara Municipal** – Relativamente à alegada falta de registo dos terrenos cedidos à Câmara Municipal, e tal como supra se disse, os terrenos objecto do Acordo têm vindo a ser cedidos ao domínio privado do Município em sede de operações de loteamentos, cujos processos

foram sendo faseados no tempo. Dito de outro modo, são os actuais proprietários que, conforme vão promovendo os loteamentos, vão cedendo as áreas, objecto daquele acordo, para o domínio privado do Município. Assim, dos terrenos que entretanto foram objecto de operação de loteamento, foram cedidos ao domínio privado do Município algumas áreas que se encontram já registadas a favor do Município de Guimarães, encontrando-se a área respeitante à via estruturante já devidamente integrada no domínio público municipal, porquanto a mesma se encontra construída. Face ao exposto, julga-se propor não reconhecer fundamento à participação apresentada e, consequentemente, não encarar favoravelmente o seu provimento. Esta proposta de decisão (e do conteúdo que fundamenta tal) deverá ser remetida para análise do Executivo Camarária, entidade competente para a tomada de decisão sobre a mesma participação verificada". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A EP - ESTRADAS DE PORTUGAL, SA PARA INTERVENÇÃO NA EN 105** – Presente a seguinte proposta: "A EP – Estradas de Portugal, SA, vai proceder a uma intervenção na EN 105, entroncamento com a EN 106, freguesia de Nespereira, com vista à eliminação de um ponto negro assinalado como causa de inúmeros acidentes rodoviários e perda de vidas. Essa intervenção consiste na construção de uma rotunda, na melhoria da iluminação pública, e no ajardinamento, de forma a conferir uma melhoria de circulação e segurança para peões e automobilistas. Para a sua concretização foram acordados dois protocolos de colaboração entre o Município de Guimarães e a "Estradas de Portugal", segundo os quais a Câmara Municipal assume os encargos com os consumos eléctricos



e tratamento paisagístico realizando todos os trabalhos necessários à sua boa conservação e manutenção. Nesses termos e ao abrigo da alínea h) do nº 2 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, proponho a aprovação dos protocolos em anexo". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – PROTOCOLO A CELEBRAR COM A UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA PARA APOIO NA REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO "MÁSTER OFICIAL DE RENOVACIÓN URBANA E REHABILITACIÓN 2010-2011"** – Presente a seguinte proposta: "A Universidade de

Santiago de Compostela, dentro do seu programa de cursos próprios de pós-graduação, desenvolveu cinco edições do "*Máster de Renovación Urbana e Rehabilitación*", e pretende iniciar a primeira edição como título oficial dentro do espaço europeu de universidades. O curso tem como finalidade a formação e especialização de profissionais relacionados com a Renovação Urbana e a Reabilitação, nasce da iniciativa de distintas instituições e administrações públicas e da estreita colaboração destas com a Universidade de Santiago de Compostela, a partir da experiência do programa europeu PAGUS. Assim, considerando que: O curso tem como finalidade a formação e especialização de profissionais relacionados com a renovação urbana e a reabilitação; Este sistema de funcionamento em parceria demonstrou as suas vantagens no momento de reflexão sobre os problemas da Renovação Urbana nos centros históricos e nos seus tecidos de crescimento posterior, assim como de reabilitação dos edifícios dos núcleos e os seus contornos; Se pretende que os

trabalhos práticos dos assistentes se desenvolvam no âmbito do Mapa 2012, se relacionem com os problemas da realidade e que sejam úteis para as entidades colaboradoras; A Câmara Municipal de Guimarães tem interesse, quer em participar activamente na formação de técnicos e agentes que intervêm na Renovação Urbana e na Reabilitação, quer em propor temas de trabalho para a prossecução desses fins, participando no processo, nas discussões e nas conclusões; Ambas as entidades manifestam vontade de trabalhar uma nova edição como co-responsáveis daquele curso, de forma a potenciar outras possibilidades no futuro; Proponho a celebração de um Protocolo com a Universidade de Santiago Compostela, que tem por objecto a definição dos termos e condições em que o Município apoia a Universidade para a realização do *Master* em Renovação Urbana e Reabilitação, conforme minuta que se junta em anexo (**doc. 1**)". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A FUNDAÇÃO STELA E OSWALDO BOMFIM** – Presente a seguinte proposta: "A Fundação Stela e Oswaldo Bomfim vem desenvolvendo um importante trabalho no sector da Terceira Idade em Guimarães. Considerando o interesse na prestação de serviços à comunidade e ao desenvolvimento social dos cidadãos e promoção de hábitos de vida saudáveis da população sénior. Considerando a experiência adquirida pela Fundação Bomfim, no trabalho realizado nos últimos quinze anos no sector da Terceira Idade em Guimarães e outros concelhos na promoção do programa Envelhecer com Qualidade. Considerando a crescente preocupação com o envelhecimento da população, associada à





necessidade de se manter cada vez mais activa e com hábitos de vida mais saudáveis, proponho a aprovação do protocolo de cooperação em anexo”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – DESENVOLVIMENTO E APROFUNDAMENTO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS – DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em consequência da obrigatoriedade da implementação do processo referente à Contabilidade de Custos, decorrente das exigências do POCAL, e dado tratar-se de uma tarefa que se afigura exigente e rigorosa na sua tramitação, implicando uma acção permanente de articulação entre os vários serviços que compõem o Departamento de Obras Municipais, verifica-se a necessidade de contratar um técnico, com formação em Contabilidade e Gestão de Empresas, para tal efeito. Esta necessidade é urgente, na medida em que a implementação da Contabilidade de Custos deverá ser iniciada antes do final do corrente ano. Assim, e porque o Departamento de Obras Municipais não dispõe de recursos humanos com as habilitações necessárias para a prossecução desta tarefa, solicitou-se ao Departamento de Recursos Humanos que, dentro do mapa de pessoal da autarquia, verificasse a possibilidade de transferir para este Departamento um trabalhador que possuísse as habilitações necessárias. Contudo, aquele Departamento informa não haver possibilidade de satisfazer a necessidade em tempo útil com recurso ao actual quadro de pessoal da Autarquia. Deste modo, tratando-se da execução de trabalho não subordinado e não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de

emprego público, propõe-se que, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, seja solicitada autorização à Câmara Municipal para a celebração de um contrato de tarefa, que terá como objecto a execução dos trabalhos específicos supra referidos, pelo prazo de 4 meses. Para a emissão deste parecer prévio, necessário para a celebração do contrato de tarefa supra mencionado, informa-se a Câmara Municipal que: a) o objecto do contrato é a assessoria técnica para o desenvolvimento e aprofundamento do processo de contabilidade de custos no Departamento de Obras Municipais. Esta assessoria deverá potenciar um contributo inequívoco ao desenvolvimento e aprofundamento do processo de "Contabilidade de custos", visando assegurar (de forma genérica e não hierarquizada): a tramitação processual da contabilidade de custos, registos, cálculos de afectação de tempos a projectos, contabilização e incorporação no processo dos equipamentos e complementos; a análise e melhoria da aplicação informática de suporte e toda a tramitação da contabilidade de custos; a coordenação geral do processo e respectiva compatibilização com todos os serviços internos do Departamento; e a articulação contínua com o Departamento Financeiro. No âmbito desta prestação de serviços o prestador deve manter contacto regular e realizar reuniões de trabalho, quer com a Câmara Municipal de Guimarães, quer com as entidades externas ao Município sempre que consideradas necessárias. b) Esta despesa, no valor total de €4.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tem cabimento orçamental na rubrica 02.02.25, conforme proposta de preço em anexo. c) Propõe-se, como procedimento de formação do contrato, o ajuste directo ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei



n.º 18/20008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito a empresa "XZ – Consultores, Lda." Os motivos pelos quais a escolha recaiu sobre esta entidade têm a ver com o facto de os serviços Municipais conheceram já o trabalho por ela realizado, nomeadamente porque é esta a entidade que acompanha a implementação, na Câmara Municipal, no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Foi no âmbito da extensão do SGQ ao Departamento de Obras Municipais que se detectou a necessidade de implementar a Contabilidade de Custos no Departamento, necessidade que resulta de imposição legal. O POCAL prevê esta obrigatoriedade e para a certificação dos serviços é necessário que estes apresentem evidências de que tal sistema se encontra criado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**INDEMNIZAÇÃO POR SINISTRO OCORRIDO NA RUA 25 DE ABRIL, FREGUESIA DE SELHO S. JORGE** – Presente a seguinte

informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "No dia 4 de Agosto de 2009 o menor, Rui Filipe Marques Mendes, sofreu uma queda de bicicleta na Rua 25 de Abril, da freguesia de Selho S. Jorge de que resultaram múltiplos danos físicos a nível da boca e dentição. O pai do menor, Sr. António Manuel Pereira Mendes, através do seu representante legal, Dr. Manuel Afonseca Ribeiro, veio junto desta Câmara Municipal solicitar que a autarquia assumisse a responsabilidade pelo sinistro, alegando que este se deu em virtude de uma das rodas do veículo se ter prendido na grade de uma caixa de águas pluviais, cujos ferros estavam posicionados na vertical. O Departamento de Obras Municipais prestou informação sobre o ocorrido, concluindo-se que a grelha em questão não cumpre o prescrito na norma EN124, pois o espaçamento da grelha deve ser de 20mm, sendo que a

grelha colocada possui um espaçamento de 30mm. O processo foi enviado à Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., onde o Município detém apólice de seguro de responsabilidade civil por danos de terceiros, tendo aquela informado que a ocorrência não se enquadra nas garantias da respectiva apólice, por se verificar um defeito na concepção da grade, situação que caracteriza uma responsabilidade civil "Produtos", cobertura não abrangida pela apólice de responsabilidade civil "Exploração da autarquia". Atendendo a que esta situação pode implicar responsabilidade do Município e de acordo com o parecer emitido, encontram-se de facto reunidos os pressupostos para uma responsabilização da Câmara Municipal ao abrigo da Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro. Na informação prestada pela Divisão do Património Municipal, a fls. 45 do processo, acerca da tramitação que se deve dar ao assunto, foi exarado o seguinte despacho do Vereador Dr. Domingos Bragança: "Pague-se, mediante apresentação de comprovativo da despesa.". O advogado do pai do menor, Rui Filipe Marques Mendes, apresentou documento comprovativo da despesa efectuada nos tratamentos do sinistrado, juntamente com o relatório médico, no valor de 2.200,00 euros. Assim, deverá o assunto ser submetido a reunião da Câmara Municipal no sentido de ser aprovado o pagamento da indemnização no valor de 2.200,00 euros (dois mil e duzentos euros) ao Sr. António Manuel Pereira Mendes, pai do menor Rui Filipe Marques Mendes. Deverá ainda ficar salvaguardado o facto de o lesado necessitar de tratamentos no futuro, conforme é referido no relatório médico constante do respectivo processo. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.08.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FUNDO DE MANEIO – ALTERAÇÃO AO FUNDO DE MANEIO DAS OFICINAS AUTO**

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Em reunião realizada em 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal deliberou constituir fundos de maneo para ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas no ano de 2010, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.910.11) e do n.º 4 do artigo 12.º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do artigo 2.º do Regulamento Interno dos Fundos de Maneio. Conforme a referida deliberação, foi constituído um fundo de maneo para as Oficinas, no valor de €1.500,00 para despesas com reparações urgentes de viaturas, a cargo do Coordenador dos Serviços das Oficinas Auto (DTT) – Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela – rubrica 05/020203. Contudo, este fundo revelou-se manifestamente insuficiente para todas as ocorrências, pelo que o mesmo foi reforçado em €500,00 por deliberação de 9 de Setembro de 2010 passando, assim, a ser de €2.000,00 mensais. No entanto, este reforço efectuado não tem sido suficiente para as actuais necessidades, nomeadamente a aquisição de peças para as viaturas de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos. Assim, submete-se à consideração superior o reforço do fundo de maneo em €1.500,00, passando a ser de €3.500,00, sob responsabilidade do Chefe de Divisão de Trânsito e Transportes – Rui Miguel Lino de Castro – sendo substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Coordenador dos Serviços das Oficinas Auto (DTT) – Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – RECRUTAMENTO PARA COORDENADORES TÉCNICOS E ENCARREGADOS OPERACIONAIS**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “1. O

Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho estabeleceu o quadro de transferência de atribuições e competências para os Municípios em matéria de educação. 2. Nesta sequência, em 16 de Setembro de 2008, foi celebrado entre o Município de Guimarães e o Ministério da Educação o respectivo Contrato de Educação. 3. Atendendo às necessidades manifestadas pelos Agrupamentos de Escolas proponho prover os lugares correspondentes a 3 Coordenadores Técnicos e 13 Encarregados Operacionais. 4. Os referidos postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal do Município aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009 e decorrem do disposto no Decreto –Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto Lei nº 224/2009, de 11 de Setembro. 5. Existe verba orçamental disponível. 6. Nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em consonância com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho carece de aprovação do órgão executivo”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DASC/DAS – TÉCNICO SUPERIOR (SERVIÇO SOCIAL) –**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Dr.ª Isabel Miranda relativa à abertura de procedimento concursal para provimento, por tempo indeterminado, do posto de trabalho de técnico superior (serviço social) cumpre-me informar o seguinte: - O posto de trabalho encontra-se vago na sequência da aposentação da trabalhadora Maria Teresa Vieira Ferreira e reveste carácter permanente; - Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 12-A/2010



de 30 de Junho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DBAD/DA – DOIS POSTOS DE TÉCNICO SUPERIOR –**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pela Dr.ª Alexandra Marques relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento, por tempo indeterminado, de três postos de trabalho (1 Técnico de Informática, 1 Técnico Superior da área de História e 1 Técnico Superior com especialização na área de Ciências Documentais) cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; - Após análise do referido pedido proponho apenas a abertura de procedimentos concursais para preenchimento dos seguintes postos de trabalho: 1 Técnico Superior da área de História e 1 Técnico Superior com especialização na área de Ciências Documentais, nos termos previstos no mapa de pessoal; - Existe verba orçamental disponível; - Dar-se-á cumprimento ao disposto na Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho carece de

aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – TRANSFERÊNCIA MENSAL DE VERBAS PARA A COOPERATIVA TEMPO LIVRE – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – DESPACHO 14 460/2008 DE 26 DE MAIO – ANO LECTIVO 2010/2011** – Presente, para ratificação, o despacho do

Presidente da Câmara, datado de 30 de Setembro de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação:

“No âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular destinado aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico foi aprovado, em reunião de Executivo, no passado dia 2 de Junho de 2010, um Acordo de Colaboração com a Cooperativa Tempo Livre, de forma a assegurar a leccionação da Actividade Física e Desportiva aos alunos dos 15 Agrupamentos de Escolas do concelho. Com base no artigo 2.º daquele Acordo compete ao Município a transferência mensal de uma comparticipação financeira para pagamento de encargos decorrentes com a contratação dos Professores a termo resolutivo certo a tempo parcial. Nesse sentido, cumpre-nos informar que o valor da comparticipação financeira a transferir no período compreendido entre Setembro e Dezembro de 2010 é de €235.306,82, a que corresponde um valor mensal de €58.826,71 e de Janeiro a Junho de 2011 de €358.973,05 a que corresponde um valor mensal de €59.828,84. Mais informamos que de acordo com o ponto 3 do artigo 3.º do Acordo de Colaboração, no final de cada período lectivo serão efectuados, se necessário, os acertos financeiros relativos ao pagamento efectivo de encargos mensais, abatido dos valores atribuídos em cada um dos períodos lectivos.





À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 05.01.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, atendendo a que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----**

**EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 SELHO S. CRISTÓVÃO – ANO LECTIVO 2010/2011**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Setembro de 2010, que renovou, para o ano lectivo 2010/2011, o Protocolo celebrado com o Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão de Selho para o fornecimento de refeições diárias a 37 alunos da EB1 de Selho S. Cristóvão, implicando à Autarquia um custo anual previsível no valor de €6.930,00, nos termos da minuta em anexo. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2010**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Outubro de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, foi deliberado, em Reunião de Câmara de 17 de Dezembro de 2009, aprovar, para o ano civil de 2010, a atribuição de verbas a várias entidades que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Tendo em conta o número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, que beneficiam de almoço

no corrente ano lectivo, verificou-se a necessidade de proceder, em alguns estabelecimentos de educação e ensino, cujos refeitórios estão sob administração e gestão directa de entidades, à alteração do valor da verba atribuída para efeitos de comparticipação na alimentação. Verificou-se ainda a necessidade de alteração do valor da verba de gestão atribuída a algumas entidades, que disponibilizam pessoal para apoio na hora de almoço em refeitórios concessionados a empresa de restauração. Encontram-se na situação anteriormente descrita os estabelecimentos de educação e/ou ensino de: Calçada/Vermil; Charneca/Caldelas; Passal/Longos; Assento/Sande S. Clemente; Agrolongo/Sande S. Lourenço; Igreja/Sande S. Martinho; Salgueiral/Creixomil; Monte/Guardizela; Agradas/Gandarela; Outeirinho/Moreira de Cónegos; Cruzeiro/Gondar; Barreiro/Selho S. Jorge; Cruz d'Argola/Mesão Frio; e ainda de: Couto/Barco; Poças/Airão Santa Maria; Carreiro/Lordelo; Eirinha/Serzedelo; Monte Largo/Azurém; Ucha de Baixo/S. Faustino. Acresce ainda que, no caso da EB1 Roupeire/Airão S. João, com a alteração da modalidade de serviço de refeições, o valor da verba a atribuir para gestão do refeitório passa de €350,00 para €550,00, por forma a fazer face às despesas com a higienização das loiças e da sala de refeições. Face ao exposto, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: "Por deliberação



de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI ALTO DA BANDEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Outubro de 2010, que disponibilizou, à Escola EB1/JI Alto da Bandeira o transporte, em autocarro, dos alunos do 1.º e 4.º ano de escolaridade ao Museu Alberto Sampaio, nos passados dias 6 e 7 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** --

**TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO PARLAMENTO JOVEM EUROPEU (PEJ) – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Outubro de 2010, que disponibilizou, à Associação Portuguesa do Parlamento Jovem Europeu (PEJ) o transporte, em autocarro, dos participantes na XI sessão de selecção regional do Parlamento Jovem Europeu, nos passados dias 6 e 7 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMAR – REFORÇO DA VERBA ATRIBUÍDA PARA CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA** – Presente a seguinte proposta do

Vereador Domingos Bragança: “Vem a Junta de Freguesia de Gondomar solicitar o reforço do apoio financeiro da Autarquia com vista à conclusão do financiamento da Capela Mortuária de Gondomar, anteriormente apoiada pelo Município com a atribuição de três subsídios no montante global de €34.543,40. De acordo com medição realizada pelos serviços da Autarquia, o custo de construção daquela capela ascendeu a €88.425,21 acrescidos de IVA, pelo que se verifica um diferencial entre aquela medição e os apoios já atribuídos pela Autarquia que se cifra em €59.187,32. Considerando o interesse público de que se reveste este equipamento, proponho, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Agosto, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Guimarães atribua à Junta de Freguesia de Gondomar um subsídio de €50.000,00 (cinquenta mil euros), destinado a participar na conclusão do financiamento da Capela Mortuária de Gondomar”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AROSA – CONSTRUÇÃO DE UM NICHOS COM A IMAGEM DE SANTA MARINHA** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Vem a Junta de Freguesia de Arosa solicitar o apoio financeiro da Autarquia para participar nos custos de construção de um nicho em honra da Padroeira da Freguesia, num local onde existia uma casa em ruínas e cujo terreno foi cedido a título gratuito pelos respectivos proprietários. Considerando a importância simbólica de que se reveste esta intervenção e o papel que pode desempenhar no reforço da identidade da freguesia, proponho, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Agosto, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de



Guimarães atribua à Junta de Freguesia de Arosa um subsídio de €8.000,00 (oito mil euros), correspondente a 50% dos custos da obra. O pagamento deste subsídio fica condicionado à verificação de autos de medição de obra, a realizar pelos serviços da Autarquia, até ao montante mencionado”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador António Salgado Almeida. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO –  
PAVIMENTAÇÃO DA ENVOLVENTE DO CAMPO DE JOGOS –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Vem a Junta de Freguesia de Brito solicitar o apoio financeiro da Autarquia para proceder à pavimentação da envolvente do respectivo Campo de Jogos. Considerando a importância de que se reveste esta intervenção para a segurança do Campo de Jogos e aproveitamento da área a pavimentar, proponho, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Agosto, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Guimarães assuma a execução da obra de pavimentação da envolvente do Campo de Jogos, estimando-se o seu custo no valor de €13.368,20 (treze mil, trezentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos), correspondente à medição que os serviços da Autarquia fizeram da intervenção”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS  
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES –  
FORNECIMENTO DE UMA LONA –**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Os Bombeiros Voluntários de Guimarães, solicitaram o apoio da Câmara Municipal para divulgação de uma campanha que pretendem levar a efeito, que apela ao voluntariado, bem como o

recrutamento do Curso Inicial de Bombeiros, considerando que esta actividade se reveste de interesse público. Submete-se à apreciação da Câmara Municipal o apoio a dar a esta entidade através da aquisição de uma lona publicitária, que importará num custo provável de €400,00 (quatrocentos euros), bem como a colocação da mesma num Outdoor do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – DISTRIBUIÇÃO**

**DE CABAZES DE NATAL** – Presente a seguinte proposta: "A Cooperativa Fraterna vai promover nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro a distribuição de Cabazes de Natal às famílias consideradas integradas nos estratos sociais desfavorecidos e para esse efeito solicitou o apoio da Câmara na disponibilização de transporte para a sua distribuição. Considerando a importância desse apoio social, e em virtude de não ser possível disponibilizar viaturas da autarquia, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €2.010,00 (dois mil e dez euros), correspondente às despesas de contratação de transporte, ao abrigo do disposto na alínea o) do nº 1 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, atendendo a que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

**SUBSÍDIOS – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte proposta: "O Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães desenvolve, ao longo do



ano, várias actividades culturais, desportivas e recreativas, as quais têm merecido sempre o apoio municipal, nomeadamente a realização de várias actividades de tempos livres para os filhos dos seus associados durante o mês de Agosto e bem assim outras iniciativas como uma Festa anual de Natal para os filhos de todos os trabalhadores do Município. Considerando a importância das acções e iniciativas levadas a cabo que fomentam um salutar ambiente de trabalho, mas também tendo em conta os constrangimentos financeiros do Município, e que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição às Instituições de Solidariedade Social, que este apoio tem sido atribuído em anos anteriores e atendendo ao seu interesse público, proponho que a Câmara Municipal atribua, ao abrigo do nº 2 do artigo 3º daquele Regulamento um subsídio no valor de 20.000,00€ (vinte mil euros)". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – FESTAS NICOLINAS 2010** – Presente a seguinte proposta: "A Comissão das Festas Nicolinas vai realizar, entre 29 de Novembro e 7 de Dezembro, as tradicionais Festas Académicas, tendo solicitado vários apoios, como habitualmente. Considerando que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, que este apoio tem sido concedido em anos anteriores e atendendo ao seu interesse público, proponho que a Câmara Municipal atribua, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º daquele Regulamento os seguintes apoios: 1. Subsídio no montante de €2 500,00 (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de

7 de Março de 2010, e destinado a despesas globais e incluindo a impressão do programa e pregões, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos. 2. Atribuição do Prémio Câmara Municipal de Guimarães no montante de €500,00 (quinhentos euros) composto por um conjunto de material didáctico, que será entregue à Escola que frequentam os estudantes que integram o melhor carro do Cortejo das Maçãzinhas, de acordo com proposta aprovada pela Câmara em 2001. 3. Cedência de uma escavadora e ferramentas para o enterro do Pinheiro e viaturas para o Cortejo das Maçãzinhas, incluindo o pagamento das horas extraordinárias dos funcionários municipais de apoio. 4. Publicação de um edital determinando o encerramento ao trânsito, a partir das 21,30 horas do dia 29 de Novembro das artérias percorridas pelo Cortejo do Pinheiro, bem como da proibição de estacionamento na Rua de S. António, a partir da mesma data e hora até ao final do desfile. 5. Oferta de camélias para decorar as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas, desde que disponíveis no horto municipal”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – FESTA EM HONRA DE S. PEDRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de Setembro de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de Azurém, um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Pedro, realizada entre os passados dias 29 de Junho e 4 de Julho, num máximo de €36,79 (trinta e seis euros e setenta e nove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----





CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 18 Fls. \_\_\_\_\_  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE OUTUBRO DE 2010

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE  
APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----  
PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA  
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA  
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**